

1- PRINCÍPIOS COMO INSTRUMENTO PARA DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO

Atualmente, percebe-se no campo da educação, uma grande discrepância entre o imposto como certo pelo Estado, em contrapartida da enorme diversidade cultural existente. O Estado acredita que há apenas um modo a ser seguido, mesmo estando ciente que a pluralidade de ideias existente no país é vasta. Assim, portarias e leis são criadas, condicionando milhares de cidadãos a percorrerem um único caminho. Que desperdício cultural!

Estas leis e portarias são seguidas diariamente por profissionais de todo país, sem um questionamento sobre a constitucionalidade de tais normas. Entretanto, verifica-se na Constituição Federal que o constituinte originário contemplou princípios norteadores para uma educação de qualidade. Senão vejamos.

CRFB/88, Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – democrática do ensino público na forma da lei;
- VII – garantia do padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Percebe-se que a carta magna adota como diretriz uma educação livre, com qualidade, democrática, devendo ser respeitado o pluralismo de ideias vigente em nosso país. Assim, se a lei criada contraria a lei maior, tal lei já nasce com o vício da inconstitucionalidade e deverá ser desprezada pelo ordenamento jurídico. Contudo, percebe-se que não é um hábito entre os profissionais da educação, o questionamento das condutas que lhes são impostas. Enfim, se houvessem mais mandados de segurança pleiteando os direitos líquidos e certos expostos na constituição federal, a educação teria uma nova alma.

Por outro lado, enquanto este hábito é sinônimo de utopia, o caminho para os profissionais descontentes com esta realidade, é o trabalho através de princípios, como forma de respeito da pluralidade existente. O trabalho embasado em princípios, é uma forma de respeito a própria identidade, sem afrontar o campo da legalidade. Explica-se.

Os princípios têm dois papéis vitais para o ordenamento jurídico:

- a) O PRINCÍPIO COMO IMPORTANTE MECANISMO DE INTERPRETAÇÃO DAS LEIS VIGENTES;
- b) O PRINCÍPIO COMO FUNDAMENTO PARA CRIAÇÃO DE NOVAS LEIS.

Assim como no ordenamento jurídico, os princípios podem ter estes dois papéis no âmbito da educação.

*Princípio como importante mecanismo de interpretação das leis vigentes - As regras e leis impostas à escola têm sempre vários ângulos de interpretações. Com princípios bem estabelecidos, a escola

poderá fazer a interpretação mais adequada à constituição. Porém esta interpretação deverá ser feita de forma criteriosa para que o ordenamento jurídico não seja violado.

*Princípio como fundamento para criação de novas leis – As leis deverão servir aos princípios. Estes são os espíritos das leis. Por isso, toda regra nova deverá ser acolhida pelos princípios constitucionais. Se a lei não for compatível com os mesmos, automaticamente devem ser consideradas ilegais.

Enfim, o trabalho desenvolvido sob a luz dos princípios constitucionais visa democratizar a educação, de forma que todos os envolvidos vejam seus direitos contemplados.

PRINCÍPIOS COMO INSTRUMENTO DE RESPEITO À IDENTIDADE LOCAL

Princípio quer dizer início, começo. Assim como o nascimento é o princípio da vida, a personalidade é o início do bem viver. O que seria do ser humano sem uma identidade bem estruturada? Seria uma vida repleta de insatisfação. As vontades e caminhadas seriam recheadas por interesses externos. Interesses que retalhariam a vida deste ser, por toda sua vida. Dessa forma, só há verdadeiro interesse, quando cada ser descobre a sua verdade.

Trabalhar com princípios é uma forma de trabalharmos a nossa verdade. Em que acreditamos? O que queremos? Os princípios, quando construídos num ambiente escolar, passam a ser as regras deste reduto. Com isso, a comunidade vê sua identidade sendo respeitada e devidamente valorizada.

As Leis Federais e Estaduais, muitas vezes, representam os interesses de uma minoria elitizada. Quando trabalhamos com princípios criados pela escola x comunidade, esses se tornam nossas leis. Leis que nos acompanharão enquanto forem eficazes para a solução dos conflitos existentes em cada realidade. Insta registrar que os princípios estipulados pelo grupo escolar devem se harmonizar com os princípios da constituição. Assim, o trabalho com princípios seria uma maneira de rompermos os muros que cercam a lei do mundo social.

A construção de princípios pela instituição escolar, embasados na constituição federal, em nada afetaria a ordem pública. Muito pelo contrário, auxiliaria o Estado na árdua função de controle e qualidade do serviço público. A conquista de uma gestão que lidere através dos princípios, é sinônimo da conquista da liberdade de pensamento e consequentemente da verdade inserida em cada um. A consequência disso é que a lei será o reflexo do interesse da comunidade e dos membros da escola no processo da construção do conhecimento.

Conclui-se com o presente trabalho, que assim como os princípios tem papéis importantes para o campo jurídico, também podem mudar a realidade da educação atual. Conclui-se ainda, que esta tarefa será um trabalho realizado através de uma conquista já existente, mas infelizmente ainda não praticada.

2 - CARTA DE PRINCÍPIOS ROMÂNTICOS CONSPIRADORES - NÚCLEO SÃO PAULO*

"... é preciso afirmar que há, no Brasil, muitos professores que dão sentido às suas vidas, dando sentido à vida das crianças e das escolas. Sinto-me um privilegiado por, após três décadas de trabalho numa escola que ousou provar que a utopia é realizável, encontrar no Brasil tanta generosidade e responsável ousadia." [1]

O movimento Românticos Conspiradores constitui-se de uma rede colaborativa formada por pessoas que militam pela transformação da Educação Pública[2]. Nossa finalidade inicial é a de promover a comunicação e o apoio mútuo entre pessoas, organizações e projetos que tenham por objetivo contribuir para a superação dos arcaicos paradigmas educacionais vigentes.

Somos pessoas conscientes de que os modelos educacionais e as práticas educativas possuem decisivas condicionantes sócio-culturais. Este fato exige que, para a transformação da Educação, tenhamos de ultrapassar seu âmbito restrito, englobando as dimensões sociais, políticas e culturais.

Temos a convicção de que a Educação atualmente praticada não contribui para que as gerações futuras tenham condição de superar os cruciais desafios postos para e pela humanidade. Mais do que isso, essa educação acaba por incentivar a formação de pessoas que tendem a reproduzir o modo de pensar, sentir, agir e viver que produziram tais desafios. Para que os atuais paradigmas educacionais possam ser superados é necessário estabelecer novas concepções que apontem formas alternativas de pensar, estruturar e praticar a Educação.

Tendo como síntese de nossa visão o trinômio autonomia-responsabilidade-solidariedade, apresentamos nossos princípios gerais, assim como alguns exemplos de seus desdobramentos educacionais. A finalidade é tanto orientar a ação dos membros da rede Românticos Conspiradores como esclarecer àqueles que queiram participar ou formar novos núcleos. São estes princípios que, a nosso ver, devem fundamentar a vital transformação da Educação, para que esta possa corresponder às necessidades das pessoas e das sociedades contemporâneas.

1. Educar para a Integralidade

A educação deve contemplar a humanidade dos educadores e educandos em sua totalidade, sendo coerente com a indivisibilidade das dimensões biológica, mental e espiritual de cada pessoa. Assim como cada ser humano possui diferentes limites, possui também diversas potencialidades que poderão, ou não, ser desenvolvidas e expressas a partir das formações e transformações que ocorrem durante toda a vida. Para isso a educação deve ser um processo intencional, contínuo e transformador, que leve a integralidade e que repercuta durante toda a vida.

Desdobramentos: educação integral[3], transdisciplinaridade, currículo aberto, aprender a conhecer-fazer-conviver-ser, educação continuada.

2. Educar em Solidariedade

A educação é um processo relacional, possuindo um caráter social que deve ser assumido nas práticas educativas. A solidariedade, mais do que um objetivo ético a ser atingido, é uma condição primordial para a realização do trabalho educativo. Portanto, este só se desenvolverá plenamente se considerar e incluir as diversas relações entre todos os atores envolvidos: educandos, educadores, gestores, famílias e comunidades. No caso da escola, é indispensável que abra suas portas à comunidade, a fim de constituir-se em pólo integrador e irradiador do saber e do esforço

social pela educação, também cabe a escola incentivar a integração dos agentes e espaços comunitários a esse mesmo esforço.

Desdobramentos: comunidade educadora, docência compartilhada, ensino-aprendizagem colaborativo, pedagogia de projetos.

3. Educar na Diversidade

A educação deve contemplar a originalidade e a criatividade das pessoas, valorizando a diversidade humana em todos os seus aspectos: físicos, psicológicos, culturais, etc. As práticas educativas devem ser coerentes com o fato de que as pessoas aprendem melhor segundo seus interesses e motivações, em diferentes ritmos e de diferentes formas. A noção de educação na diversidade, associada aos conceitos de integralidade e solidariedade, permite o reconhecimento tanto de nossas singularidades quanto das nossas igualdades, resultantes de nossas condições humanas e socioculturais. As diferenças, nesse contexto, devem ser consideradas como algo inerente ao ser humano, rompendo-se a lógica binária que nos fragmenta em "iguais" de um lado e "diferentes" de outro.

Desdobramentos: educação inclusiva[4], pedagogia da escuta, ensino não seriado, grupos multietários, educação para a paz, pedagogia da autonomia, educação multicultural.

4. Educar na Realidade

A educação deve servir para a melhora objetiva da realidade na qual ela ocorre, contribuindo para o chamado desenvolvimento local. Para tanto, ela deve ser contextualizada, integrada à vida dos educandos e de suas comunidades, aberta para a troca de experiências e conhecimentos. A educação só possibilitará à pessoa atuar efetivamente na transformação da sua realidade se proporcionar condições de autotransformação. Em outras palavras, é somente através da promoção de aprendizagens significativas que a educação contribuirá para a transformação humana e social.

Desdobramentos: contextualização, extensão comunitária, ensino ativo, aprendizagem significativa.

5. Educar na Democracia

A educação que prepara para a democracia deve se dar através de práticas não-autoritárias, que permitam a ampla participação de educandos, dos educadores, das famílias e da comunidade. Só é possível uma educação para a ação cidadã se a educação for pela e na ação cidadã. As práticas educativas promotoras da liberdade, autonomia, respeito, responsabilidade, equidade e solidariedade devem estar associadas aos princípios anteriores para permitir que atinjamos o objetivo maior da auto-responsabilização social[5].

Desdobramentos: educação democrática, não-coercitiva, educomunicação, protagonismo juvenil.

6. Educar com Dignidade

A dignidade específica do ofício do educador é derivada da dignidade reconhecida na pessoa do educando. O educador deve ser cômico do seu importante papel como agente social, assumindo sua missão como tutor dos educandos e facilitador de suas aprendizagens, entendendo que a educação deve ser solidária e coletiva e a aprendizagem um processo de dupla-via - entre o educador-aprendente e educando-ensinante. O tão almejado resgate da autoridade e a revalorização social e profissional do educador passam, necessariamente, pela reformulação das formações iniciais, pela reflexão e atualização permanente das práticas educativas e,

principalmente, pela constante busca da coerência entre o fazer pedagógico e as necessidades educacionais dos educandos, suas comunidades e das sociedades em geral.

* Esta carta é produto do trabalho coletivo dos membros do núcleo RC-SP, realizado através de fórum virtual de discussões e reuniões presenciais durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2008 e aprovada em assembléia no dia 18/10/2008, onde estavam presentes: Albertina Rodrigues (Tina), Alfredo Giorgi, Ana Neves, Angelo Ricchetti, Carlos Terzini, Daniela Bittencourt, Elaine, Gumercindo Dorea (Guga), Luiz de Campos Jr., Maria Aparecida (Cidinha), Maria Lucinda Moraes, Maria Luiza, Maria Veridiana Campos, Regina Bonança, Rosa Cleide Marques (Rosinha) e Suely Costa. Membros da comissão de redação da Carta de Princípios: Alfredo Giorgi, Ana Neves, Carla Lam, Guga Dorea, Luiz de Campos, Maria Lucinda, Maria Veridiana e Simone Alcântara.

[1] José Pacheco, As Escolas Invisíveis, jornal Folha de São Paulo, novembro de 2005.

[2] A educação pública é por nós entendida como aquela voltada para a população em geral, seja ela de caráter estatal ou privado.

[3] A educação integral é vista aqui como aquela que considera as diversas dimensões da experiência humana: sensorial, cognitiva, emocional, moral, ética, política, cultural, estética, artística, etc.

[4] O termo educação inclusiva é aqui utilizado com ressalvas, uma vez que seu uso só faz sentido em um contexto excludente.

[5] A auto-responsabilização social refere-se à conscientização de que os contextos sociais são responsabilidade de todos e de cada um, visando que as pessoas e comunidades tenham condição de se apropriar das suas realidades e transformá-las.

3 - CARTA DE PRINCÍPIOS PROJETO ÂNCORA

Primeiramente, é preciso esclarecer, se usamos a palavra educador subvertemos em muito seu significado. Educador não é sinônimo de professor ou mestre, não diz respeito àquele que dá aulas, que transmite ensinamentos prontos em uma sala fechada. Entendemos que a aprendizagem se dá na vida e na prática, e não fora dela, que é no encontro com o mundo e com os outros que se faz necessária. Portanto, todos que participam do Projeto Âncora, qualquer que seja a função específica que exerça – administrativa, operacional, pedagógica – é igualmente responsável pelo educando e igualmente considerado educador.

Não entendemos a escola como um local de acúmulo de conteúdos teóricos, mas um espaço de humanização onde a criança é convidada a vivenciar, experimentar junto, os conhecimentos, as diversas formas de compreender e estar no mundo que a cerca. Um local que propicie oportunidades para desenvolver suas habilidades sociais, críticas, enfim, sua autonomia.

Não acreditamos em um sistema educacional que funciona somente na medida em que homogeneiza que impõe metas e expectativas gerais, ignorando as especificidades de cada um. Se não somos todos iguais por que temos que aprender do mesmo modo, ao mesmo tempo, por que tratar as crianças como tabulas rasas, recipientes vazios que devem ser preenchidos por conteúdos? Não compactuamos com um modelo que exige, que força cada criança e cada jovem a se adequar a uma idealização, mediana e abstrata, do que deveria vir a ser um aluno.

Para nós, cada criança é um indivíduo único e deve ser tratado como tal, não nos interessam as padronizações convencionais, idade, séries, gênero. O que nos importa são seus interesses, suas necessidades. Descobrir e encorajar suas aptidões e potencialidades, respeitando sempre sua

história e sua cultura.

Visamos um ideal quase perdido de educação: aprender sem paredes, no convívio sincero com outros. O educador do Âncora implode a tradicional relação hierárquica entre mestre e discípulo. O aprender se faz junto, na troca de experiências, de ideias, de gostos e de sonhos.

O educador aqui pensa a educação, critica seu trabalho, entende que aquilo que sempre foi feito, ou que a maioria faz, não é automaticamente correto e nem suficiente. Põe sua prática, suas atitudes, seu método em questão, busca se livrar das formas caducas de educação que ainda estão tão incutidas na maioria de nós.

Temos como princípio os cinco valores Âncora e como meta, justamente, o desenvolvimento da autonomia, a do educando e a nossa própria. Nossos valores:

Respeito

Com o educando, sua especificidade, sua história e sua família, por isso não serão padronizados apertados em modelos, em níveis predefinidos.

Com os outro da equipe independente da função que desempenhe, cumprindo suas obrigações e assumindo sempre seu papel dentro do grupo sem se desviar das decisões e das situações adversas.

Solidariedade

As formas cada vez mais desertificadas de sociedade, as distâncias avassaladoras que separaram tantos lugares vizinhos, o modo de viver sempre voltado para dentro e para si, são paredes que precisamos também derrubar. É preciso realmente enxergar a quem olhamos. Cada criança é uma criança com necessidades especiais, cada família é um núcleo que precisa de amparo e de atenção. Primordial é enxergar cada uma das crianças com as quais convivemos, suas necessidades, suas carências. Todas passam por dificuldades, sofrimentos e o educador não pode fechar os olhos para isso, como também não pode ignorar as suas alegrias e nem suas conquistas.

Da mesma forma, o nosso trabalho em equipe prima por essa atenção ao outro. Não há dúvidas quanto à dificuldade e a exigência da nossa tarefa e não temos ilusões: tal qual os educandos, também somos em constante construção e movimento. Temos, por isso, que estar atentos a nós mesmos e aos nossos colegas, acolher e amparar sempre que alguém precisar, com humildade e carinho.

O educador é solidário também com as famílias, busca manter uma relação de empatia, conhecendo sua história, pesando as dificuldades e as realidades que são tão díspares e por vezes tão duras. Suprimindo, ao máximo, um julgamento e uma postura condenativa, ao contrário almejam maneiras para auxiliá-las e confortá-las.

Afetividade

É a postura basilar, o que evita a crítica ofensiva, a ajuda humilhante e a orientação depreciativa. É a chave para construir as relações de confiança e parceria que buscamos, tanto com os educandos, suas famílias e com os membros da equipe.

Honestidade

Com os educandos se revela o não privilégio dos educadores: as regras e os acordos valem para todos, tanto para o adulto quanto para a criança, tanto para os pais como para os funcionários. Na medida em que o educador respeita os que o cercam busca tratá-los com a verdade.

Também na relação com as famílias, o desenvolvimento de seus filhos é apresentado sempre com honestidade, sem atenuantes ou exageros. Entendemos que é direito dos responsáveis das crianças escolherem, conhecerem e opinarem sobre as formas e os métodos utilizados pelos educadores.

Para que o trabalho que almejamos se concretize é fundamental que a relação entre os educadores seja pautada na confiança, uma das nossas premissas é que não se pode educar na solidão, pois é uma atividade que exige contato, apoio, incentivo mútuo, diversidade. Desta forma, a honestidade entre a equipe é uma exigência.

Responsabilidade

Como dissemos, nossa meta é a autonomia, portanto responsabilidade não se limita apenas ao cumprimento dos deveres e das funções. Muito mais do que isso, o educador no nosso projeto é responsável por tomar decisões, iniciativas, elaborar críticas construtivas e buscar constantemente melhorias, novas ideias, novos caminhos.

Seja qual for a função específica que exerce no Projeto Âncora tem sempre em mente que sua responsabilidade primordial é com a criança, seu bem estar, sua proteção, sua humanização e seu desenvolvimento nos mais diversos âmbitos.

O educador do Âncora tem a convicção de que não se ensina aquilo que se sabe, mas aquilo que se é.